2

O DISCURSO RELIGIOSO POR TRÁS DO DISCURSO POLÍTICO E A AMEAÇA AO ESTADO LAICO.

THE RELIGIOUS DISCOURSE BEHIND THE POLITICAL DISCOURSE AND THE THREAT TO THE LAY STATE

Ernestina Iolanda Santos Carlos*
Priscila Vieira do Nascimento**
Valkíria Malta Gaia Ferreira***
Ana Luiza Azevedo Fireman****

RESUMO: Após séculos de relação “umbilical” entre poder político e religião, o Humanismo e o Iluminismo, no declinar da Idade Média, trouxeram a base para o surgimento do Estado laico, que propõe a separação entre Estado moderno e religião, garantindo a todos a liberdade de crença. Esse princípio, basilar nas democracias ocidentais contemporâneas, tem como exórdio, dentre outras, a obra “Tratado sobre a tolerância” de Voltaire, filósofo francês, e foi consolidado na Declaração de Direitos Humanos de 1948, sendo reiterado pela nossa Constituição Federal de 1988, no Inciso VI do Artigo V, e em seu caput. Todavia, hoje, presenciamos um contexto em que o Chefe do Estado e do Governo, no Brasil, em 10 de julho de 2019, fez um pronunciamento à imprensa afirmando que “irá indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF). Um deles será terrivelmente evangélico”. Diante disso, propõe-se este artigo cujo objetivo é analisar o discurso religioso por trás do discurso político hodierno, identificando suas implicações sobre a laicidade do Estado Democrático de Direito. Para tanto, como base teórica, serão utilizados os estudos de Foucault (2012) sobre os imbricamentos entre poder e discurso, bem como os preceitos de Norberto Bobbio (2015, 2017).

PALAVRAS-CHAVES: Estado laico; Liberdade de crença; Poder político; Religião.

ABSTRACT

After centuries of an “umbilical” relationship between political power and religion, Humanism and the Enlightenment, in the decline of the Middle Ages, provided the basis for the emergence of the secular State, which proposes the separation between the modern State and religion, guaranteeing freedom to all. of belief. This principle, fundamental in contemporary Western democracies, has as its exordium, among others, the work “Treaty on Tolerance” by Voltaire, a French philosopher, and was consolidated in the Declaration of Human Rights of 1948, being reiterated by our Federal Constitution of 1988, in Item VI of Article V, and in its caput. However, today, we are witnessing a context in which the Head of State and Government, in Brazil, on July 10, 2019, made a statement to the press stating that “he will appoint two ministers to the Federal Supreme Court (STF). One of them will be terribly evangelical”. Therefore, this article is proposed, whose objective is to analyze the religious discourse behind today's political discourse, identifying its implications on the secularity of the Democratic State

* Doutoranda em Letras (DINTER- CESMAC-PUC MINAS). Pós-graduação "Lato Sensu" em Direito Público (UFAL). Graduação em Direito (CESMAC). Advogada, professora da Faculdade Cesmac do Agreste. E-mail: tinaiolanda@hotmail.com.

** Doutoranda em Letras (DINTER- CESMAC-PUC MINAS). Pós-graduação “Lato Sensu” em Direito Processual (CESMAC). Graduação em Direito (CESMAC). Advogada. Atualmente, é professora e diretora da Faculdade CESMAC do Agreste. E-mail: priscila.vieira@cesmac.edu.br.

*** Doutoranda em Letras (DINTER- CESMAC-PUC MINAS). Pós-graduação "Lato Sensu" em Direito Processual (CESMAC) e Direito Processual Civil (UNINASSAU). Graduação em Direito (CESMAC). E-mail: valkiria.ferreira@cesmac.edu.br.

**** Doutora em Letras/Linguística com concentração em Análise do Discurso (UFAL). Mestra em Letras e Linguística (UFAL). Graduação em Letras (UFAL). Professora Efetiva do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) - lotada no Campus Piranhas. E-mail: analua.luiza@bol.com.br.

of Law. For that, as a theoretical basis, will be used Foucault's studies (2012) on the overlap between power and discourse, as well as Norberto Bobbio's precepts (2015, 2017).

KEYWORDS: Laic State; Freedom of belief; Political power; Religion.

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO; 1 A LAICIDADE COMO PILAR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO; 2 O DISCURSO POLÍTICO RELIGIOSO E A AMEAÇA AO ESTADO LAICO E À DEMOCRACIA; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Após séculos de relação “umbilical” entre poder político e religião, o Humanismo e o Iluminismo, no declinar da Idade Média, trouxeram a base para o surgimento do Estado laico, que propõe a separação entre Estado moderno e religião, garantindo a todos a liberdade de crença. Esse princípio, basilar nas democracias ocidentais contemporâneas, tem como exórdio, dentre outras, a obra “Tratado sobre a tolerância” de Voltaire, filósofo francês, e foi consolidado na Declaração de Direitos Humanos de 1948, sendo reiterado pela nossa Constituição Federal de 1988, no Inciso VI do Artigo V, e em seu caput.

Todavia, hoje, presenciamos um contexto em que o Chefe do Estado e do Governo, no Brasil, em 10 de julho de 2019, fez um pronunciamento à imprensa afirmando que “irá indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF). Um deles será terrivelmente evangélico”.

Diante disso, propõe-se este artigo cujo objetivo é analisar o discurso religioso por trás do discurso político hodierno, identificando suas implicações sobre a laicidade do Estado Democrático de Direito. Para tanto, como base teórica, serão utilizados os estudos de Foucault (2012) sobre os imbricamentos entre poder e discurso, bem como os preceitos de Norberto Bobbio (2015, 2017).

1 A LAICIDADE COMO PILAR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Ao fazer um percurso pela História, constatamos que, muito antes do surgimento do Estado, todos os grupos humanos, desde os caçadores coletores, se organizavam em torno de um poder coativo legitimado pelos membros. Esse poder, cujas funções precípuas eram evitar a desagregação interna e evitar ataque externo, até recentemente esteve coadunado com a religião. É fácil compreender as razões desse imbricamento. Além do conhecimento empírico, adquirido com a vivência e suas experiências, as espécies humanas recorreram ao conhecimento mítico ou religioso para explicar a vida e trazer respostas para suas questões existenciais e pragmáticas. Importante lembrar que a Filosofia e a Ciência são tipos

de conhecimento que só surgiram após o advento da escrita. Pois bem, o conhecimento mítico ou religioso assumiu uma função primordial na evolução humana.

A ideia de uma divindade responsável pelos fenômenos e eventos da natureza, como chuva e trovão, sempre esteve presente e foi usada pelo poder coativo de cada grupo como mecanismo de controle e de coação. Nesse sentido, o poder sempre esteve relacionado ao medo. Era necessário alimentar o temor a um ser superior e poderoso para impor obediência e dar legitimidade aos mandos. Daí, por isso, poder e religião sempre estiveram umbilicalmente coadunados. (HARARI, 2016).

Em se tratando, especificamente, da cultura ocidental, esse amálgama entre poder coativo, já metamorfoseado para uma estrutura administrativa burocratizada – o Estado, e religião ganhou uma dimensão maior no período da Idade Média. O chamado Estado absolutista, cujo poder era ilimitado e arbitrário (não moldado e não norteado por um conjunto de leis dirigentes), era legitimado pela Igreja e seus dogmas religiosos. Essa lógica mudou a partir do Século XIV, com o Humanismo e, posteriormente, o Iluminismo, que abriram as portas para a era moderna.

Após um longo período em que a humanidade, mergulhada na lógica teocêntrica, deixou adormecer sua incansável busca pelo conhecimento, o homem ocidental retoma a arte de filosofar e de problematizar, libertando-se dos grilhões dos dogmas da Igreja. Uma época de efervescência em que ideais como liberdade e igualdade aqueceram os corações humanos. O ser humano redescobriu a si mesmo e seu potencial criativo. Saiu da lógica do teocentrismo para o antropocentrismo. René Descartes cunhou sua célebre frase “penso, logo existo”. Voltaire proclamou que “todos os homens têm iguais direitos à liberdade, à sua prosperidade e à proteção das leis”.

A liberdade passou a ser o cerne da lógica existencial humana e trouxe pelas mãos o pensamento liberal, que fertilizou o terreno para as revoluções que derrubaram o Estado absolutista, implementando o Estado liberal: a Revolução Gloriosa – na Inglaterra, a Revolução Francesa e a Americana.

O poder coativo ilimitado do Estado, antes naturalizado e legitimado pela lógica teocêntrica, passou a ser questionado e rejeitado. As teorias contratualistas, a ideia de que os direitos naturais do homem, como direito à vida, à liberdade e à igualdade, antecedem o poder estatal, a tolerância religiosa, a pluralidade de ideias, o reconhecimento da necessidade de um Estado laico e com poder delineado e limitado pela lei, à liberdade de expressão, dentre outros, são os fundamentos que constroem a base do Estado Liberal ou Moderno, gênese do atual Estado Democrático de Direito. (BOBBIO, 2017).

Um longo e conflituoso processo conduziu o Estado Liberal (abstencionista), cujo poder ainda era centralizado, ao Estado Democrático. O Estado Liberal, apesar de carregar consigo os

ideais humanistas de liberdade e de igualdade, contraditoriamente, trouxe também relações de opressão. O livre mercado num contexto de Revolução Industrial, sem limites legais, garantiu relações de exploração vil e degradante. O trabalho nas fábricas ganhou contornos de barbárie, não havia limites para a ambição por lucros. Famílias inteiras, homens, mulheres e crianças, eram exploradas com jornadas de 16 horas, sem direito a descanso e folga, em ambientes insalubres e perigosos, submetidas à condição degradante, à fome extrema, a índices absurdos de acidentes e mutilações, às doenças às quais o trabalhador estava exposto em face da miséria, da desnutrição e da total precariedade em que laborava. (BONAVIDES, 2004).

A luta por direitos passou a ser o farol que conduziu a história nos Séculos XIX e XX. Direitos do trabalhador, igualdade de gênero e direitos da mulher, direitos dos negros, dos indígenas. O direito à participação nas decisões políticas e ao sufrágio universal, não discriminatório, trouxe o ideal da democracia. Aos poucos e por meio de muita testilha, o Estado Liberal se reconfigurou. Surgem novos ramos jurídicos, como Direito do Trabalho, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, áreas que visam a proteger o ser humano e o meio ambiente, impondo freios e limites legais à práxis econômica.

A concepção de um Estado liberal, mas com poder de intervir nas relações privadas e na Economia para garantir direitos e a proteção da vida e da dignidade humanas, coibindo a exploração significou um período de avanço no que diz respeito a direitos e à elaboração e amadurecimento das teorias e da ciência do Direito, permitindo uma intensa complexização da taxonomia jurídica e de seus conceitos filosóficos e gnosiológicos. Assim, o Estado Liberal passou por várias transformações até chegar ao atual Estado Democrático de Direito, delineado pela Constituição Federal de 1988, que, por sua vez, reitera a Carta de Direitos Humanos de 1948.

Bonavides (2004, p.37), acerca desse processo, tece as seguintes elucidaciones:

[...] de sua inauguração até os tempos correntes, o Estado constitucional ostenta três distintas modalidades essenciais, de que a seguir nos ocuparemos. A primeira é o Estado constitucional da separação dos Poderes, a segunda, o Estado constitucional dos direitos fundamentais (Estado Social), a terceira, o Estado constitucional da Democracia participativa (Estado Democrático-Participativo). Não há propriamente uma ruptura no tocante ao teor dessas três formas imperantes de organização estatal, senão metamorfose, que é aperfeiçoamento e enriquecimento e acréscimo, ilustrados pela expansão crescente dos direitos fundamentais bem como pela criação de novos direitos. O Estado liberal não é estático e evolui; a dinâmica política, sem eliminá-lo o substrato de liberdade, mas antes forcejando por ampliá-lo, faz nascer o Estado Social, o qual introduz nos artigos da Constituição os direitos sociais.

Pois bem, após este breve percurso histórico, retornemos ao nosso foco: a laicidade.

Como vimos, durante muito tempo, o poder esteve vinculado à religião e esse paradigma mudou significativamente após o advento do Estado Moderno, o qual tem em sua base o ideal de liberdade. Mas é preciso ampliar e situar esse debate. É necessário deixar claro que não há liberdade quando não há respeito à diversidade e à pluralidade. Vejamos: sem a garantia de diversidade de crenças, eu, como livre cidadã, não terei como decidir entre uma religião e outra, ou mesmo exercer o direito de não crer. A imposição de uma só religião por parte do Estado atinge fatalmente o direito de cada cidadão a escolher sua própria crença. A tolerância em relação às diferenças é fundamental ao exercício da liberdade e da democracia.

É partindo desses pressupostos, que o Estado Democrático de Direito traz a concepção de liberdade irmanada à ideia de diversidade/pluralidade. Vejamos o que diz a Carta de Direitos Humanos de 1948:

Artigo II, inciso I – **todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza,** origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...]

Artigo XVII – **Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença,** pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

[...]

Artigo XIX – **Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão;** este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Sendo o Brasil um país signatário, como todas as democracias ocidentais, da Carta de Direitos Humanos de 1948, a Constituição Federal de 1988 reitera esses preceitos no rol dos direitos fundamentais:

Artigo 5º, caput - **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,** garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade [...].

I – **é inviolável a liberdade de consciência e de crença,** sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[..]

VIII – **ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política,** salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – **é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.**

Dessa forma, como pudemos constatar, as democracias liberais visam, ao menos no plano teórico, a garantir, dentre outros bens, a liberdade e a pluralidade de ideias, de opinião,

de crenças, de expressão, a diversidade étnica, política e religiosa. Por conseguinte, um dos pilares das democracias liberais, ou seja, do atual Estado Democrático de Direito, é a laicidade.

O Estado precisa ser laico para garantir a liberdade de cada um de escolher suas próprias crenças; o Estado precisa ser laico para garantir a diversidade religiosa e a coexistência de crenças diferentes, inclusive do ateísmo; o Estado precisa ser laico para que ninguém, nenhum cidadão seja proibido ou impedido de fazer algo em razão de suas crenças ou de crenças alheias; o Estado precisa ser laico para garantir a tolerância em relação às diferenças de pensamento e de crenças; o Estado precisa ser laico para que todas as religiões sejam igualmente respeitadas.

2 O DISCURSO POLÍTICO RELIGIOSO E A AMEAÇA AO ESTADO LAICO E À DEMOCRACIA

Como vimos no tópico anterior, a laicidade, a liberdade e a pluralidade (de ideias, de crenças, de ideologias, de pensamento, de opinião) são, dentre outros, pilares primordiais do Estado Democrático de Direito.

Todavia, presenciamos, hoje, o crescimento, no poder legislativo, da chamada “bancada religiosa”. Antes de adentrarmos no cerne desta análise, uma ressalva importante deve ser feita: não há, do ponto de vista da laicidade, problema algum em um político/legislador manifestar suas crenças religiosas. Ao contrário! O Estado deve ser laico para garantir o livre exercício religioso a todos, inclusive aos políticos. O problema ocorre quando esses legisladores se utilizam de suas crenças para criar e aprovar leis. Vejamos.

Consideremos um tema polêmico justamente por mexer com concepções religiosas: o aborto. O legislador pode, inclusive, ser contrário ao aborto, elaborar projetos de leis que criminalizem sua prática³, mas ele não pode utilizar como base para fundamentar seus projetos de lei o texto da Bíblia, ele deve recorrer à teoria do Direito, a conceitos jurídicos, como o direito à vida, à interlocução com áreas como Biologia, Genética. Ou seja, o legislador, e qualquer político num Estado laico, não podem defender leis nem a aplicação de leis com base em sua crença, com base no texto bíblico. Se isso ocorre, o político estaria impondo, sobre o cidadão, as suas próprias crenças.

³ O aborto é definido como a interrupção de uma gravidez resultante da remoção de um feto ou embrião antes de este ter a capacidade de sobreviver fora do útero, podendo ocorrer de forma espontânea ou induzida. O aborto induzido já é tipificado como ilícito penal nos artigos 124 a 126 do Código Penal brasileiro. O mesmo diploma legal prevê duas hipóteses de atipicidade penal do aborto: quando a gravidez é resultante de estupro e em situação de estado de necessidade, ou seja, quando a vida da gestante está em risco. Todavia, há projetos de lei e Propostas de Alteração à Constituição (PECs), oriundos da bancada evangélica, que propõem, direta ou indiretamente, a criminalização do aborto até mesmo em casos de estupro.

É importante lembrar que a legislação tem força coativa sobre a sociedade: coibindo e/ou proibindo algo. Em um Estado laico, em um Estado Democrático de Direito, o poder estatal não pode interferir na esfera privada do cidadão, impondo-lhe uma regra ou norma que contrarie sua religião, que vá de encontro às suas crenças e concepções pessoais. Mais ainda: o Estado não pode impor sobre um cidadão ateu leis cuja base “são as palavras de Deus”, um deus no qual ele não acredita. Do contrário, estaria violando a liberdade do cidadão, sua autonomia. Sem garantia de laicidade, a liberdade é fatalmente atingida.

Outro exemplo a ser considerado é o Projeto de Lei 6.583/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados, que visa a criar o “Estatuto da Família”. Esse projeto é de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE), integrante da “bancada evangélica” e autor do parecer favorável ao chamado “projeto de cura gay”, do parlamentar João Campos (PSDB-GO). Ele justifica sua proposta alegando a desconstrução do conceito de família no contexto hodierno, estabelecendo expressamente que família é apenas aquela constituída por um homem e uma mulher. Caso esse projeto seja aprovado, casais homoafetivos, netos criados por avós, mãe solteira com seus filhos, irmãos criados sozinhos e todas as diversas composições familiares já reconhecidas pela jurisprudência brasileira e por doutrinadores jurídicos estarão à margem da proteção legal. Indubitavelmente, um enorme retrocesso.

Ao iniciar seu mandato, no início de 2019, o presidente Bolsonaro anunciou que colocaria à frente do Ministério da Educação o educador e escritor Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna. Mozart Ramos é pós-doutor em Química, é professor universitário, foi Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, foi membro do Conselho Nacional de Educação, foi Secretário de Educação de Pernambuco e é autor de três livros na área de Educação. Ou seja, ele tem experiência e perfil técnico para assumir o cargo. Todavia, Mozart Ramos é considerado moderado e não alinhado com as pautas conservadoras, em especial o “Escola sem partido”. O Deputado Federal e membro da bancada religiosa Sóstenes Cavalcanti (DEM-RIO) bradou: “para nós, o novo governo pode errar em qualquer ministério, menos no da Educação, que é uma questão ideológica para nós”. A bancada religiosa como um todo se rebelou e, conseqüentemente, Bolsonaro desistiu da indicação e nomeou Ricardo Vélez Rodríguez, demitido três meses após assumir o Ministério da Educação (MEC). Bolsonaro indicou para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damarens Alves, que se definiu, em seu discurso de sua posse, como “terrivelmente cristã”. (FARIA, 2019; In: Folha de São Paulo).

Em junho do ano passado, Bolsonaro foi à “Marcha para Jesus”, evento evangélico que ocorre em São Paulo desde 1993. Nesse evento, o Presidente afirmou que os evangélicos “foram decisivos para mudar o país, e que, se era Deus acima de todos, logo depois vinha a família respeitada e tradicional acima de tudo”. (FARIA, 2019; In: Folha de São Paulo).

Segundo notícia veiculada no G1 em 10 de julho de 2019, o presidente Bolsonaro afirmou que terá direito a indicar dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e que "um deles será terrivelmente evangélico". Bolsonaro deu a declaração durante discurso durante culto evangélico na Câmara dos Deputados. Em seguida, repetiu a promessa no plenário da Casa, durante sessão solene:

muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o estado é laico. O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damares [Alves, ministra]: Nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal [STF]. Um deles será terrivelmente evangélico.

Em 17 de dezembro do ano passado, realizou-se no Palácio do Planalto um culto evangélico em ação de graças, com a presença de Bolsonaro, políticos, líderes religiosos e outros grupos da sociedade civil, como a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), convidada para participar da liturgia.

Episódios como esses acaloram os debates, não só no ambiente jurídico, mas também na mídia, no universo acadêmico e na seara política, acerca dos limites da relação entre Estado e religião, em particular quanto ao uso de ambientes públicos – nesse caso, a própria sede do Poder Executivo Federal – para realização de cerimônias de caráter religioso confessional.

Importante deixar claro que não há problema algum com o fato de um magistrado ou ministro do STF ser religioso. Sob a égide da neutralidade do Estado laico, todos, sem exceção, têm direito a ter suas próprias crenças e ninguém deve sofrer discriminação em face de sua religião, ou por seu ateísmo. O problema ocorre quando o fato de um magistrado ter uma determinada religião passa a ser o critério de escolha do Presidente da República para assumir o cargo de ministro do STF: “terrivelmente evangélico”. Quando isso ocorre, hialinamente, o Presidente está afirmando que esse ministro atuará com base nos dogmas de sua Igreja para atender aos interesses e ao clamor de seus fiéis.

Esse estreitamento entre Estado e religião nas democracias ocidentais possui relação umbilical com o fato de que, atualmente, testemunhamos, não só no Brasil, mas em vários países europeus, nos Estados Unidos e na América latina, o avanço de uma extrema direita conservadora, com um discurso religioso dogmático de defesa dos costumes e da “família

tradicional”. Isso coloca em risco a laicidade do Estado e, por conseguinte, a liberdade e a pluralidade, bases do Estado Democrático de Direito.

Como cediço, as culturas ocidentais enfrentaram um longo e árduo caminho até construir todo o arcabouço que dá contorno ao Estado Democrático de Direito. Muito sangue derramado e muitas vidas precocemente interrompidas estão no registro da História. A liberdade foi um ideal pelo qual muitos lutaram. Sem dúvida, a imposição de limites legais ao Estado para evitar o ressurgimento do autoritarismo e do poder arbitrário foi uma conquista sem precedentes nas sociedades ocidentais. Um divisor de águas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consolidou o Estado Democrático de Direito, como vimos, garantindo a liberdade, a pluralidade e a laicidade. Mas todos esses avanços estão em risco quando uma significativa rachadura se aprofunda: a fusão entre Estado e religião.

No momento em que temos, no poder legislativo, uma bancada religiosa que propõe e defende leis com base na Bíblia e nos dogmas da Igreja; no momento em que o Presidente da República escolhe ministros do Executivo e do STF tendo como critério de escolha a adesão a uma religião específica, a laicidade do Estado brasileiro é gravemente atingida.

Como elucidado, o Estado não pode impor aos cidadãos leis e decisões jurídicas com base numa determinada religião sob o risco de se violar seriamente a liberdade de cada um, bem como comprometer a pluralidade de crenças e de pensamento, garantias imprescindíveis numa democracia. Ademais, o Estado não pode privilegiar uma composição familiar, a família “tradicional” constituída por um homem e uma mulher, em detrimento de outras, deixando-as à margem da proteção legal. Se assim procede, age de forma discriminatória e excludente. O conceito de família não pode estar adstrito a concepções religiosas, a dogmas de uma determinada Igreja.

CONCLUSÃO

Conforme anotado neste artigo, a ideia de uma divindade responsável pelos fenômenos e eventos da natureza, como chuva e trovão, sempre esteve presente na evolução das espécies humanas e foi usada pelo poder coativo de cada grupo como mecanismo de controle e de coação. Assim, o poder sempre esteve relacionado ao medo. Era necessário alimentar o temor a um ser superior e poderoso para impor obediência e dar legitimidade aos mandos. Daí, por isso, poder e religião sempre estiveram umbilicalmente coadunados.

Em se tratando, especificamente, da cultura ocidental, esse amálgama entre poder e religião começou a se dissolver a partir do Século XIV, com o Humanismo e, posteriormente, o Iluminismo, que abriram as portas para a era moderna. Após um longo período em que a humanidade permaneceu mergulhada na lógica do teocentrismo, o homem ocidental retoma a arte de filosofar e de problematizar, libertando-se dos grilhões dos dogmas da Igreja. Uma época de efervescência em que ideais como liberdade e igualdade aqueceram os corações humanos. O ser humano saiu da lógica do teocentrismo para o antropocentrismo. A liberdade passou a ser o cerne da existência humana e trouxe pelas mãos o pensamento liberal, que fertilizou o terreno para as revoluções que derrubaram o Estado absolutista, implementando o Estado liberal: a Revolução Gloriosa – na Inglaterra, a Revolução Francesa e a Americana.

Por conseguinte, o poder coativo ilimitado do Estado, antes naturalizado e legitimado pela lógica teocêntrica, passou a ser questionado e rejeitado. O reconhecimento da necessidade de um Estado laico e com poder delineado e limitado pela lei, a liberdade de expressão, dentre outros, são os fundamentos que constroem a base do Estado Liberal ou Moderno, gênese do atual Estado Democrático de Direito.

Conforme vimos, o Estado Democrático de Direito, ao menos no plano teórico, visa a garantir, dentre outros bens, a liberdade e a pluralidade de ideias, de opinião, de crenças, de expressão, a diversidade étnica, política e religiosa. Por conseguinte, um dos seus pilares é a laicidade. O Estado precisa ser laico para garantir a liberdade de cada um de escolher suas próprias crenças; o Estado precisa ser laico para garantir a diversidade religiosa e a coexistência de crenças diferentes, inclusive do ateísmo; o Estado precisa ser laico para que ninguém, nenhum cidadão seja proibido ou impedido de fazer algo em razão de suas crenças ou de crenças alheias; o Estado precisa ser laico para garantir a tolerância em relação às diferenças de pensamento e de crenças; o Estado precisa ser laico para que todas as religiões sejam igualmente respeitadas.

Todavia no Brasil, como vimos, episódios atuais no cenário político em que Estado e religião se confundem e se fundem assustam e acaloram os debates acerca dos limites da relação entre Estado e religião. Ora, quando o fato de uma pessoa ter uma determinada religião passa a ser o critério de escolha do Presidente da República para assumir o cargo de ministro do STF, ele está afirmando que esse futuro ministro atuará com base nos dogmas de sua Igreja para atender aos interesses e ao clamor de seus fiéis.

Esse estreitamento entre Estado e religião nas democracias ocidentais possui relação umbilical com o fato de que, atualmente, testemunhamos, não só no Brasil, mas em vários países

européus, nos Estados Unidos e na América latina, o avanço de uma extrema direita conservadora, com um discurso religioso dogmático de defesa dos costumes e da “família tradicional”. Isso coloca em risco a laicidade do Estado e, por conseguinte, a liberdade e a pluralidade, bases do Estado Democrático de Direito.

No momento em que temos, no poder legislativo, uma bancada religiosa que propõe e defende leis com base na Bíblia e nos dogmas da Igreja; no momento em que o Presidente da República escolhe ministros do Executivo e do STF tendo como critério de escolha a adesão a uma religião específica, a laicidade do Estado brasileiro é gravemente atingida.

Como elucidado, o Estado não pode impor aos cidadãos leis e decisões jurídicas com base numa determinada religião sob o risco de se violar seriamente a liberdade e autonomia de cada um, bem como comprometer a pluralidade de crenças e de pensamento, garantias imprescindíveis numa democracia. Ademais, o Estado não pode privilegiar uma composição familiar, a família “tradicional” constituída por um homem e uma mulher, em detrimento de outras, deixando-as à margem da proteção legal. Se assim procede, age de forma discriminatória e excludente. O conceito de família não pode estar adstrito a concepções religiosas, a dogmas de uma determinada Igreja. A sociedade brasileira é plural.

Portanto, sem dúvidas, presenciamos hoje no Brasil um estreitamento cada vez maior entre Estado e religião, comprometendo a laicidade, a liberdade e a pluralidade, pilares do Estado Democrático de Direito. Com isso, corremos o risco de voltamos ao autoritarismo e ao poder arbitrário de outrora.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**: em defesa das regras do jogo. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao Estado social**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FARIA, Flávia. Da campanha ao Planalto, veja os acenos de Jair Bolsonaro aos evangélicos. In: Folha de São Paulo, em 12 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/da-campanha-ao-planalto-veja-os-acenos-de-jair-bolsonaro-aos-evangelicos.shtml>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

G1. Bolsonaro diz que vai indicar ministro “terrivelmente evangélico” para o STF. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>. Acesso em: 3 de janeiro de 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 18.ed. Porto Alegre: L&PM, 2016.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Edipro, 2017.

Artigo enviado em: 01/02/2020

Artigo aceito para publicação em: 10/03/2020